



MAGUSTO

DIA DE S. MARTINHO

POMBAL - CARRAZEDA DE ANSIÃES

11 NOVEMBRO 2017 ÀS 16H00



O Jornal **pombal**
tem o patrocínio do



**INSTITUTO PORTUGUÊS
DO DESPORTO
E JUVENTUDE, I. P.**



miravet
PRODUTOS PARA AGRICULTURA E PECUÁRIA, LDA.

Loja 1: Rua da República nº107 • tel. 278 263 263 • fax 278 262 628 • **5370-347 MIRANDELA**
Loja 2: Rua de São António • Tel/Fax 278 616 515 • **5140-095 CARRAZEDA DE ANSIÃES**
ARMAZÉM: Cruzamento de S. Salvador • Tel. 278 262 855 • **5370 MIRANDELA**
E-mail: geral@miravet.eu - www.miravet.eu



DELÍCIA DE ANSIÃES
Rua Jerónimo Barbosa | 5140-077 Carrazeda de Ansiães
● 965 307 759 ● 278 108 717

Fabrico Próprio

- ✓ Bolos de Casamento
- ✓ Batizado
- ✓ Aniversário
- ✓ Pastelaria Variada
- ✓ Variada gama de pão
- ✓ Fofares
- ✓ Pizzas
- ✓ Cachorros
- ✓ Hamburguer



DOCES DA PURI

Puri Fernandes

Beco do Jaime, 30
5140-182 Parambos
Carrazeda de Ansiães
Trás-os-Montes

Telf: 278 685 233
E-mail: dapuri@hotmail.com
<http://docesdaपुरi.eic.blogspot.com/>
<http://www.facebook.com/DocesdaPuri>



Decar, Moveis e Carpintaria
Cozinhas | Quartos | Salas
Parquet flutuante | Soalhos | Forros
Todo o tipo de mobiliário por medida

Loja e Exposição
Rua Tenente Aviador Melo Rodrigues n.85 R/C
Carrazeda de Ansiães

Celestino Araújo Alves

278615060 | 961867993 | 912093010
Rua Tinta Barroca n.º 74 | 5140-353 Carrazeda de Ansiães



JMLIMA
soc. mediação de seguros

José Lima
TM.: 91 943 55 56
jmlima.seguros@sapo.pt
www.jmlimaseguros.com

Rua Bombeiros Voluntários, 196
5140-060 CARRAZEDA DE ANSIÃES
T.: 278 616 218 F.: 278 617 953



Quintinha do Manel
Rua Tenente Aviador Melo Rodrigues
Carrazeda de Ansiães

Restaurante, Pensão / Residencial

278617487



SuperMaisAnsiães

Rua Drº José João de Freitas Nº 50 * 5140-069 - Carrazeda de Ansiães
Tlf./Fax 278 615 000

FICHA TÉCNICA

Nome
O Pombal

Propriedade
Associação Recreativa e Cultural
de Pombal de Ansiões

Nº de Pessoa Coletiva
500 798 001

Publicação Registada na D.G.C.S.
122017

Depósito Legal
129192/98

Diretor
Hélder Fernandes

Paginação e Composição
Infoprint - Informática e Publicidade (Cª de Ansiões)

Redação e Impressão
Largo da Igreja, 1 - Pombal de Ansiões
5140-222 Pombal CRZ
Telef. 278 669 199
E-mail: jornalopombal@gmail.com
jornal@arcpa.pt

Home Page
<http://www.arcpa.pt>

SEDE DO EDITOR
Sede da ARCPA
ESTATUTO EDITORIAL
www.arcpa.pt

Redatores
Hélder Fernandes; Pedro Carvalho

Fotografia
Fernando Figueiredo; Fernanda Natália; Hélder Fernandes
Eduardo Pinto;

Colaboradores
Eduardo Pinto; Hélder Fernandes; Carlos Fernandes;
Flora Teixeira; Manuel Barreiras Pinto; Adriana Teixeira;
Susana Bento; Matilde Teixeira; Hermínia Almeida;
Fernando Figueiredo; António Cunha; Paulo Afonso;
Nuno Magalhães; José Alberto Gonçalves e Pedro Carvalho.
(Os artigos assinados são da exclusiva responsabilidade dos seus autores)

Tiragem Média
500 Exemplares

Preço
O jornal O POMBAL é gratuito para os
residentes em Pombal de Ansiões
Assinatura Anual (Sócios)
Portugal: 8,00 Euros;
Europa: 18,00 Euros;
Resto do Mundo: 25,00 Euros
Assinatura Anual (Não Sócios)
Portugal: 12,00 Euros; Europa: 25,00 Euros;
Resto do Mundo: 35,00 Euros

Pontos de Venda
Sede da ARCPA (Pombal);
Papelaria Horizonte; Ourivesaria Cardoso;
Papelaria Nunes
(Carrazeda de Ansiões)
Livraria/Papelaria CLIP (Vila Flor)

FUNDADO EM 1 DE JANEIRO 1997

EDITORIAL



Hélder Fernandes

A Oliveira e a quebra na produção de azeite devido a seca extrema

A origem da oliveira (*olea europaea* L.) não esta completamente clara, todavia juga-se que teve origem nos países do norte de África de onde se expandiu para a região mediterrânica do sul da Europa. Esta espécie, é considerada das culturas mais antigas conhecidas na Bacia Mediterrânica, onde é cultivada há cerca de 3000 a 4000 anos a.C. (Connor e Fereres, 2005). Em Portugal, é cultivada desde as invasões romanas (Ribeiro1991), sendo na actualidade uma das culturas mais importantes no nosso país, onde ocupa a segunda posição em termos de produto agrícola mais produzido no que se refere ao valor económico. Em todo o mediterrâneo, a oliveira tem sido tradicionalmente cultivada em superfícies menos próprias para a cultura, como sejam solos pouco profundos, terrenos declivosos e a falta de água para se poder regar (Connor e Fereres,2005).

A oliveira, é uma árvore em que o crescimento está muito dependente da intensificação a que a cultura é sujeita, a sua produção pode começar a partir dos três anos, atingindo o máximo da produção aos 10 anos de cultivo (Doveri e Baldoni 2007). Os olivais tradicionais são constituídos por árvores dispersas, nos quais são praticadas podas muito severas para que o volume da copa seja reduzido para que aja um menor défice hídrico, mas este ano, com a falta de chuva a azeitona não cresceu e alguns produtores já iniciaram a campanha, como é o caso da “CASA ARAGÃO” em Alfândega da Fé e da empresa “ACUSHALA” em Vila Flor, mas os olivicultores antevêm uma má campanha.

A azeitona não cresceu, a produção esta muito mal, vamos ter uma produção muito reduzida. Se ocorrer precipitação, pode não haver grande alteração ao nível do rendimento, principalmente nas azeitonas que estejam em estados de maturação mais avançados, contudo, nas que estiverem ainda verdes a produção de azeite pode ainda ocorrer. Contudo, a chuva será sempre benéfica uma vez que melhorará o processo de extracção.

Devido ao tempo quente, a maturação aconteceu mais cedo, também mais cedo inicia-se a apanha.

Com a falta de água este ano, estamos a por em perigo a produção do próximo ano, porque não houve crescimentos, não houve diferenciação floral nas próprias oliveiras, o que quer dizer que, para o ano, a floração pode ser reduzida e a colheita também.

OURIVESARIA CARDOSO

de

José Alberto Pinto Pereira

Rua Luís Camões
Telef. 278 617 284 - 5140 Carrazeda de Ansiães



GABINETE DE PROJETOS

Tlf.: 278 610 040

Tlm: 917 838 018
vanguardalda@gmail.com

Delegado Centro Sul (Coimbra)
Arq. Jaime Veiros Tlm.: 917837198

Rua Nova da Telheira, 166 - 510-061 Carrazeda de Ansiães



RÁDIO ANSIÃES, C.R.L.

Rua Tenente Aviador Melo Rodrigues
5140-100 Carrazeda de Ansiães

Internet: www.radioansiaes.pt
E-mail: geral@radioansiaes.pt
Dep. Comercial: 910 043 373

Participar nos programas:

Telefone: 278616295

SMS: 912217320

musica@radioansiaes.pt

Publicidade:

910043373

278616365

Email: geral@radioansiaes.pt

A Rádio Ansiães apoia a ARCPA, ciente da colaboração
no progresso do concelho de Carrazeda de Ansiães.

Ex.mo(s) Senhor(es) Associados/Assinantes

Caso pretendam receber o jornal, deverão recortar/copiar e preencher a Ficha de Assinatura abaixo e enviá-la para a ARCPA, com o respectivo meio de pagamento ou comprovativo de transferência bancária dos valores indicados, para as seguintes contas:

Caixa de Crédito Agrícola Mútuo (C.a Ansiães)

IBAN - PT50 0045 2190 40052054541 39

JORNAL O POMBAL

FICHA DE ASSINATURA

NOME - _____

MORADA - _____

LOCALIDADE - _____ CÓD. POSTAL - _____ - _____

PAÍS - _____

SÓCIOS ARCPA

Assinatura anual

8,00 Euros PORTUGAL

18,00 Euros EUROPA

25,00 Euros RESTO DO MUNDO

NÃO SÓCIOS

Assinatura anual

12,00 Euros PORTUGAL

25,00 Euros EUROPA

35,00 Euros RESTO DO MUNDO

ENVIO CHEQUE No _____ BANCO _____

VALE POSTAL No - _____

ou comprovativo de transferência bancária com a identificação do assinante

DATA - ____ / ____ / ____ Assinatura - _____

Envie para: Jornal O POMBAL * Largo da Igreja, 1 POMBAL
5140-222 POMBAL CRZ - CARRAZEDA DE ANSIÃES

Obs.: O pagamento deverá ser efectuado no início de cada ano.

CONTACTOS ÚTEIS

Carrazeda de Ansiães

Câmara Municipal:

Telef. 278 610 200 Fax. 278 616 404

Bombeiros Voluntários:

Telef. 278 616 104 Fax. 278 615 186

Guarda N. Republicana:

Telef. 278 610 020

Centro de Saúde (Urgência):

Telef. 278 610 050 Fax. 278 616 706

Sta Casa da Misericórdia (Lar de Idosos):

Telef. 278 616 747 Fax. 278 616 748

Águas de Carrazeda(Serviços de Águas e Saneamento):

Telef. 278 617 736

Farmácia Rainha:

Telef. 278 616 250

Farmácia Veiga:

Telef. 278 617 119

Caminhos de Ferro (Estação de Tua):

Telef. 278 685 177

Direcção Regional de Agricultura:

Telef. 278 616 361

Escola de Condução:

Telef. 278 616 278

Escola E-B-2,3 (Escola Secundária):

Telef. 278 618 190 Fax. 278 618 198

Centro Regional de S. Social:

Telef. 278 616 147 Fax. 278 616 251

Conservatória Predial e Civil:

Telef. 278 616 164 Fax. 278 615 327

Cartório Notarial:

Telef. 278 616 141

Serviço de Finanças:

Telef. 278 616 236

Tesouraria da Fazenda Pública:

Telef. 278 616 461

Centro Social e Paroquial de Pombal (Lar de Idosos):

Telef. 278 669 315



BORGES PINTO & FERREIRA, LDA.

Confeitaria e Pastelaria, Restaurante
Snack-Bar, Salão de Chá e Café

Rua do Campo Alegre, 654
Telefone 226 068 646
4150-171 PORTO



Largo do Chafariz - 5070 Alijó
Telef. 259 956 691

Rua Luís de Camões, 791 - 5140 Carrazeda de Ansiães
Telef. 278 616 335

Av. das Amoreiras, 130 - 5370 Mirandela
Telef. 278 285 213
Telem. 912 224 418



Regulamento Cedência do Salão

Sócio(a) / Filho(a) de Sócio(a) / Cônjuge

Dias	Salão	Loiças	Cozinha	Salão / Loiças / Cozinha
1	40€	15€	30€	75€
3/4	100€	40€	80€	200€

Não Sócio(a)

Dias	Salão	Loiças	Cozinha	Salão / Loiças / Cozinha
1	80€	30€	60€	150€
3/4	200€	80€	150€	300€

Obs: Para este efeito, as regalias de sócio, adquirem-se desde que se seja sócio(a) há mais de um ano, na data do pedido.

O sal o deverá ser sempre pedido por escrito, com uma antecedência adequada.

Para casamentos, principalmente no Ver o e datas festivas, a antecedência deverá ser, no m nimo de três meses,

Os pedidos ser o objecto de aprecia o e decis o, por ordem de chegada. Sempre que os pedidos sejam coincidentes, os sócios ter o preferência sobre os n o-sócios.



Especialidades da Casa:
Carnes:

Verde, Javali, Coelho Branco, Porco e Arroz de Leão
Prato.

Polvo, Bacalhau, Enguiça, e Peixeiras da Nossa Ria
Agência TOTOBOLA - TOTOLOTO
ESPLANADAS DE LAZER
E PAISAGENS ESPECTACULARES

Restaurante
CALÇA CURTA

Telef. 278 685 255
5145-133 TUA

O NOVO TALHO NOVO



talhonovo@hotmail.com
Carrazeda de Ansiães

Visite o nosso site
www.arcpa.pt

SERRALHARIA A NOVA
DE: ALBINO AUGUSTO CARVALHO
— FERRO E ALUMÍNIO —

ZONA INDUSTRIAL, LOTE 6 * Telef/Fax 278 615 268
TELM: 917 601 847 * 5140-105 CARRAZEDA DE ANSIÃES



Fiel companheiro à mesa

Dr. Paulo Afonso

Médico Veterinário

Gostava de ir jantar e levar toda a família, incluindo o seu fiel companheiro, e não ter de ficar na esplanada sujeito ao mau tempo? Pois bem, por enquanto vai ter de continuar a ficar na esplanada. Mas, em breve, os animais poderão entrar em estabelecimentos fechados de restauração consequência dos recém-aprovados projetos, na assembleia da república, a 13 de outubro, que vão nesse sentido. Imagino a emoção que sente só de pensar que vai poder partilhar um jantar com o seu patudo no seu restaurante favorito, sem ficar a martirizar-se por o ter deixado em casa, sozinho. Mas enquanto alguns se emocionam e anseiam a publicação legislativa outros, os arautos da desgraça avessos à mudança já lançam mil e um relâmpagos de críticas e objeções. Começando no fontanário de urina ambulante que o seu animal representa e na óbvia marcação de território que este fará, perna de mesa a perna de mesa do restaurante. Pior, cão que é cão ladra, e se um cão a ladrar incomoda, mais do que um incomoda muito mais! E depois são as pulgas e as carraças! E o pelo! E as fezes! E o mau cheiro! Além de que cão que é cão vai saltar de mesa em mesa a cheirar todos os odores e a saltar na tentativa de lhe roubar aquele succulento bife de novilho ou qualquer outra iguaria. Uma verdadeira refeição acrobática que vai ter de defender, com unhas e dentes, contra as investidas dos animais. Um verdadeiro circo dirão, sem quaisquer condições higiossanitárias!

Não poderiam estar mais errados!

A permissão de acesso a animais de companhia a restaurantes, cafés e demais espaços de restauração pode ser uma novidade em Portugal, mas uma realidade em muitos países por esse mundo fora. Claro que todas as críticas apontadas são válidas e passíveis de preocupação. Mas e somente se o detentor responsável por aquele animal de companhia não for assim tão responsável e não o tenha socializado e educado, ensinando-o a comportar-se

em público, onde e quando pode interagir, fazer as necessidades e expressar o seu comportamento sem limites ou estar tranquilamente e sossegado, sentado ao seu lado e fazendo-lhe companhia enquanto degusta o repasto. A isto há que somar os cuidados de saúde (desparasitação e vacinação) que além de necessários, são obrigatórios, não só como condição para aceder a estes espaços, mas como garante da salvaguarda da saúde e bem-estar do seu animal.

Mas o melhor não é as críticas serem infundadas, é a oportunidade de negócio para a restauração, que pode e deve aproveitar mais um potencial cliente, o fiel companheiro do homem, para oferecer no seu cardápio uma ementa para os novos clientes de 4 patas.

Mahatma Gandhi disse “o grau de civilização de determinada sociedade pode ser medido pela forma como trata os seus animais” e a sociedade portuguesa está prestes a subir mais um degrau na escada civilizacional. Porque se os nossos patudos fazem cada vez mais parte da família queremos que eles nos façam companhia em todos os momentos.





À descoberta do Património Cultural Imaterial da Humanidade em Portugal

Hermínia Almeida

Caros leitores, mais uma vez resolvi escrever algo sobre o património do nosso país. Desta vez sobre o **Património Cultural Imaterial da Humanidade**, distinção criada em 1997, pela UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura) para a proteção e o reconhecimento do património cultural imaterial dos povos, abrangendo as expressões culturais e as tradições que um grupo de indivíduos pretende preservar para as gerações vindouras. Podem integrar a lista de património cultural imaterial, saberes, modos de fazer, formas de expressão, celebrações, festas e danças populares, lendas, músicas, costumes e outras tradições...

Em Portugal, temos o privilégio de integrar na lista da UNESCO os seguintes exemplos:

- O **Fado** – estilo musical tipicamente português, elevado à categoria de Património Oral e Imaterial da Humanidade, pela UNESCO, em 2011.
- A **Dieta Mediterrânica** - A 4 de dezembro de 2013, a UNESCO reconheceu este padrão de dieta como Património Cultural Imaterial da Humanidade de Itália, Portugal, Espanha, Marrocos, Grécia, Chipre e Croácia. Os principais aspetos desta dieta consistem no consumo elevado e em proporção de azeite, legumes, cereais não refinados, frutas e vegetais; o consumo moderado a elevado de peixe; o consumo moderado de laticínios (queijo e iogurte na sua maior parte), o consumo moderado de vinho e o baixo consumo de carnes e seus derivados.
- O **Cante Alentejano** – género musical tradicional do Alentejo reconhecido em 2014 como Património Cultural Imaterial da Humanidade.
- A **Arte Chocalheira** – foi reconhecida em 2015, pela UNESCO, como Património Cultural Imaterial da Humanidade com Necessidade de Salvaguarda Urgente. Trata-se de uma arte portuguesa que compreende a arte e o ofício do fabrico e manutenção dos chocalhos artesanais. Os chocalhos artesanais eram, e são ainda hoje, primordialmente usados no pescoço dos animais no campo para que os pastores saibam onde se encontra o gado, minimizando a

perda ou descaminho de animais. Atualmente, os chocalhos são também usados como instrumento musical por ranchos folclóricos.

- O **Processo de fabrico da Olaria Negra de Bisalhães, Vila Real** - foi declarado Património Cultural Imaterial da Unesco, com necessidade de salvaguarda urgente, em 2016. A candidatura foi apresentada pela autarquia de Vila Real por se tratar de uma atividade em vias de extinção, cuja principal dificuldade que enfrenta é o facto de existirem apenas cinco oleiros a dedicar-se a esta arte e já com idade avançada. Em março de 2015, o processo de confeção do barro negro de Bisalhães tinha já sido reconhecido como Património Cultural Nacional.
- A **Arte da Falcoaria** – a 1 de dezembro de 2016, a UNESCO reconheceu como Património Imaterial da Humanidade a falcoaria praticada em Portugal, Itália, Alemanha, Cazaquistão e Paquistão. Com origens no século XVIII e desenvolvida em torno da caça tradicionalmente praticada pela família real, a arte falcoeira atingiu o seu expoente máximo em Portugal na região ribatejana de Salvaterra de Magos. Foi a prática da Falcoaria que levou a família real portuguesa a passar longos períodos no concelho de Salvaterra de Magos, zona privilegiada para a caça, tendo, no século XVIII, D. José I mandado construir a Falcoaria Real, que se tornou um local de encontro de falcoeiros oriundos de vários pontos da Europa. Este edifício recuperado nas últimas décadas funciona hoje como um centro cultural e como um espaço de divulgação da arte de caça com aves. Ali vivem, atualmente, 25 falcões treinados e os visitantes podem ver demonstrações de caça e de treino e várias exposições sobre esta temática.

Espero, com esta informação cultural, contribuir para a divulgação do nosso património e para que nunca esqueçamos que Portugal tem muita coisa bonita, valiosa e mundialmente valorizada. Que sempre preservemos as nossas tradições e reconheçamos o seu valor cultural e patrimonial.



Velhos do Restelo

Nuno Magalhães

No passado dia 01 de outubro, os Portugueses foram chamados a escolher os seus autarcas. Um momento de extrema importância na democracia portuguesa e uma das maiores conquistas de Abril de 74. Os resultados (e as suas análises) são os mais variados e para todos os gostos, sendo que, certamente, houve grandes alegrias, com as vitórias, e tristezas, com as derrotas. Durante os períodos de pré-campanha e campanha, as diferentes candidaturas procuram mobilizar o maior número de eleitores, através dos seus programas eleitorais, convicções e promessas. Esta mobilização culminou com a ida às urnas, registando-se, nestas eleições autárquicas, uma abstenção de 45,04%, no panorama nacional. Já é habitual que, as eleições autárquicas tenham uma abstenção mais reduzida do que as eleições legislativas e europeias, em especial devido à proximidade e pessoalização inerente à escolha dos autarcas. Por um lado, o facto de podermos escolher a pessoa que vai liderar os destinos da nossa freguesia ou do nosso concelho, mobiliza-nos a fazer parte integrante dessa escolha, levando-nos ao exercício do expoente máximo da democracia – o voto. Por outro, os partidos, nestes momentos, tendem a aproximar-se mais das populações, realizando um contacto mais pessoal e personalizado, consoante a faixa etária, área geográfica e relação pessoal. As diversas listas procuram mobilizar um grande número de pessoas, com o objetivo de transmitir uma imagem de força aos seus adversários e uma sensação de confiança aos seus apoiantes.

No entanto, entendo que esta mobilização não deve (nem pode) ser, apenas, uma mobilização cíclica. As pessoas não podem ser meros displays de força e/ou confiança eleitoral. As pessoas são e serão, sempre, o centro de toda a nossa atuação política. Não podemos, após a colocação do voto na urna, abandonar as pessoas e desmobiliza-las até ao próximo momento eleitoral. Cabe aos executivos, às assembleias e aos partidos promover uma integração contínua das pessoas nas ações autárquicas e, acima de tudo, nas decisões das aldeias, vilas e cidades. É papel destas instituições democráticas promoverem a participação cívica, incentivando a uma construção coletiva das freguesias e concelhos. Independentemente das cores partidárias e dos diferentes programas eleitorais,

somos todos responsáveis pela valorização e crescimento das nossas autarquias. A participação cívica não se encerra com as vitórias ou derrotas eleitorais, antes pelo contrário, inicia-se no dia seguinte às eleições, tanto para os vencedores como para vencidos, terminando o compromisso nas eleições seguintes. Sejam a favor ou contra determinado programa eleitoral, temos de entender que estes programas são veículos diferentes para atingir o mesmo fim, o progresso das nossas municípios e a melhoria da qualidade de vida da nossa gente.

Assim, apoiantes ou não apoiantes, não devemos ser meros críticos de café, remetendo-nos à crítica fácil e, acima de tudo, silenciosa. É nosso dever colaborar com os órgãos autárquicos, participando, de forma construtiva, no desenho das nossas freguesias e concelho. Não podemos ser “treinadores de bancada” e nunca ir a jogo. É necessário ser estimulada a participação cívica, por parte das instituições democráticas, recorrendo a mecanismos que promovam a proximidade entre os governantes e as pessoas. É preciso estar presente, é necessário saber receber e ouvir as pessoas mas, mais importante, é preciso manter a mobilização das campanhas eleitorais, pois são as pessoas que devem ser a materialização dos projetos autárquicos e são as suas opiniões, sugestões e críticas que levarão à criação de autarquias mais inclusivas.

No poder ou na oposição, precisamos de olhar para além do partidarismo extremo e do fanatismo. A oposição tem de ser séria e responsável, honrando a confiança dos eleitores que a elegeu. Não se deve remeter a uma postura de afastamento e negação completa dos projetos autárquicos, apenas por estes serem levados a cabo por outro partido. Ser governante é uma responsabilidade, mas ser oposição é uma responsabilidade igual ou maior. Uma responsabilidade que ninguém deve desconsiderar ou negar. Um compromisso de seriedade e de defesa das freguesias, concelhos e suas populações. Não deve a oposição negar tudo e manter-se na sua redoma, agindo como “donos da razão” ou senadores avessos à mudança. A política é muito mais do que isso, por isso, sejamos sempre construtivos nas nossas autarquias, pois estamos todos fartos de Velhos do Restelo!



O Povo é que sabe

Manuel Barreiras Pinto

Estamos no mês de Outubro, em pleno Outono, com temperaturas amenas que mais lembram o Verão de S. Martinho. Neste mês o povo foi chamado a votar nas eleições autárquicas e o resultado nas 14 freguesias do concelho, impressiona pelo seguinte: - Em Marzagão onde o PSD concorreu sozinho á Assembleia da Freguesia a percentagem de votantes foi de 80,22%, igualmente em Parambos, e a percentagem de votantes foi de 79,29% e por último na Fonte Longa, a percentagem de votantes foi de 78,62%. A coligação Unidos por Carrazeda concorreu sozinha á Assembleia de Freguesia de Pereiros, e a percentagem de votantes foi de 77,04% ou seja o povo escolheu os melhores destas freguesias. Porém, o grau de satisfação não foi total, nas quatro freguesias referidas, 142 eleitores anularam votos e votaram em branco.

Assim, a luta foi a 10 freguesias e destas a UC venceu em 4, mas a diferença de votos não superou as outras 6. Curiosa foi a votação na freguesia de Seixo de Ansiães, onde a UC venceu por apenas um voto e aqui os brancos e nulos ainda foram 5, com uma percentagem de votantes baixa 56,86%.

O povo é que sabe e o PSD foi de facto o grande vencedor Amedo e Zedes, -(64,60%) Castanheiro e Ribalonga (66,11%) Lavandeira, Beira Grande e Selores -(47,32%), Linhares -(64,16%) Pinhal do Norte -(72,83%) e por último Pombal com uma vergonhosa participação de somente (56,37%) olhem para a freguesia do lado, onde pouca gente deve ter ficado sem votar mas, o povo é que sabe.

O povo sabe que todos aprendemos com os erros e , acredito. Quero acreditar, que a Fernanda Cardoso eleita de novo para Presidente da Junta de Freguesia de Pombal de Ansiães, vai neste mandato fazer algo de novo e diferente. Eu não sou eleitor do Pombal, mas ligam-me á freguesia laços familiares e

tenho um olival no Pombal. Eu sei que a culpa morre solteira e há sempre uma desculpa, porém há que não ter medo de dizer o que queremos, há que pedir responsabilidades e agora nestes quatro anos, chegou a hora da Fernanda Cardoso e a sua equipa, mostrarem do que são capazes. Foram eleitos pelo povo que os escolheu, então trabalhem e mostrem que são merecedores e dignos de ocupar o cargo, para dar glória aos vencedores e honra aos vencidos. O PSD ganhou por 115, a UC teve 77 e brancos e nulo total de 12- á dúzia é mais barato. O povo é que sabe.

Quem sabe, sabe que o povo gosta e houve uma comédia de Revista no Citica e vai haver cinema ás sexta-feira e musica e outros programas culturais, até na Casa dos Cantoneiros em Foz Tua, além de muita musica e músicos não faltam. Se o tempo assim continua, ainda vão abrir a Piscina Municipal ao ar livre e fazer jogos tradicionais, o povo gosta, o povo quer e o povo é que sabe. Sorria caro leitor o tempo de Outono não está de chuva, aproveite e faça por ser feliz.





Património e cidadania

Fernando Figueiredo

AGRADECIMENTO E PARTILHA

No passado dia 17 de Setembro, em cerimónia pública realizada no CITICA, fui agraciado pela Câmara Municipal de Carrazeda de Ansiães, com a Medalha Municipal de MÉRITO, de “Grau Ouro”.

Esta condecoração municipal foi-me atribuída como reconhecimento pelos três livros que já escrevi e publiquei sobre a nossa terra: Pombal de Ansiães: A Terra e a Memória; Pombal de Ansiães: Outras Memórias; e Pombal de Ansiães: Entre o Rio Tua e o Planalto – Estudo sobre a Freguesia (Pombal, Paradela e S. Lourenço).

Em primeiro lugar, venho por este meio agradecer, publicamente, à Câmara Municipal de Carrazeda de Ansiães, tal distinção, pela qual não esperava, mas que me contemplou a mim e a outros nossos conterrâneos e instituições que cumpriam os critérios estabelecidos pela entidade que a atribuiu. Quero agradecer também a familiares e amigos que me deram a honra da sua presença na cerimónia de entrega e a outros que, não podendo estar, me acompanharam de algum modo na atribuição.

Em segundo lugar, gostaria que os meus conterrâneos aceitassem a partilha desta distinção individual que, obviamente, muito me honrou. Foi sobretudo para eles, independentemente de onde se encontrem a viver, que escrevi aqueles livros e, por conseguinte, daí decorreu o posterior reconhecimento. O desejo de partilha constitui a principal razão para escrever este artigo, esperando que assim seja entendido.

A todos, prometo que esta distinção constitui para mim um forte incentivo e uma acrescida responsabilidade para, em qualquer situação, continuar a contribuir para divulgar a nossa freguesia e o nosso concelho e a valorizar as suas gentes.

Aproveito para anunciar que, inserida nas actividades a desenvolver pela Câmara Municipal de Carrazeda de Ansiães no mês de Outubro, está prevista para o dia 28 (Sábado), às 16 horas, também no CITICA, a apresentação de um novo livro da minha autoria, desta vez sobre o concelho, com o título: Carrazeda de Ansiães: Um Município do Douro – Estudo sobre o Concelho.

Obrigado a todos.





Os perigos associados à profissão de jornalista

Rita Monteiro

A profissão de jornalista é uma das que mais admiro. É óbvio que não me refiro aos jornalistas da imprensa cor-de-rosa ou dos pasquins que se vendem hoje em dia. Refiro-me aos jornalistas que trabalham na área do jornalismo de investigação ou aos repórteres de guerra, por exemplo. Todavia, contrariamente ao que a maior parte possa pensar, estes jornalistas enfrentam vários perigos, especialmente em países que se encontram em guerra ou em que se vive em ditadura.

Em Portugal, não existem registos de mortes de jornalistas cuja causa se prenda com a sua atividade profissional, tendo em conta dados reunidos desde 1992 pelo Comité para a proteção dos jornalistas. Contudo, esta não é a realidade de países como o Iraque, a Síria ou as Filipinas, entre muitos outros. Os motivos que se encontram por detrás da morte dos jornalistas variam de país para país. Em países desenvolvidos como os Estados Unidos ou a Inglaterra, a maior parte dos jornalistas que foram assassinados encontravam-se em países estrangeiros, normalmente em zonas assoladas por conflitos. A exceção a esta regra será provavelmente a França, em que a maior parte dos jornalistas que foram assassinados pertenciam ao jornal satírico Charlie Hebdo, que foi alvo de um ataque terrorista em 2015. Noutros países tende a existir um ou dois motivos principais pelos quais os jornalistas são assassinados. No Afeganistão e no Paquistão, os homicídios tendem a ser levados a cabo por grupos terroristas.

Na Bielorrússia, o motivo mais comum é a oposição ao regime ditatorial. No México, os motivos vão desde a cobertura de notícias associadas aos cartéis de droga até à denúncia de corrupção das forças policiais ou do Governo. Na Rússia, os homicídios encontram-se associados a casos de corrupção no setor público, denúncia de violações de direitos humanos levadas a cabo por grupos terroristas e oposição ao Governo. O maior problema associado a esta realidade é a impunidade dos homicidas que se verifica em praticamente todos os casos, especialmente se estes homicídios forem levados a cabo por Governos ditatoriais. Como consequência do medo instigado aos trabalhadores da imprensa, alguns países praticamente não têm imprensa independente, como é o caso da Eritreia, da Coreia do Norte ou da Arábia Saudita.

No mesmo dia em que escrevo este texto, chega à imprensa internacional a notícia da morte da jornalista maltesa Daphne Caruana Galizia na sequência de uma explosão no carro em que seguia. Pensa-se que o motivo por detrás da sua morte seja o seu trabalho num caso de corrupção no qual estará envolvido o Primeiro-Ministro da Malta. Provavelmente juntar-se-á aos 27 jornalistas que já morreram em 2017 e que foi possível associar as suas mortes à atividade profissional que desenvolviam. Vinte e sete mortes, em menos de 10 meses, simplesmente por trazerem as notícias até ao cidadão comum.

Colaborar & Realizar
ASSOCIAÇÃO DE APOIO AO AGRICULTOR

- ☒ Projectos Agrícolas / Investimento
- ☒ Contabilidade
 - ☒ - Organizada
 - ☒ - Simplificada
- ☒ IRS
- ☒ Sala de Parcelário
- ☒ Pedido Único / Subsídios Agrícolas
- ☒ Licenciamentos
- ☒ Globalgap
- ☒ Serviços de Apoio Técnico
- ☒ Análises de Água, Solo e Foliáres
- ☒ Outros Serviços

Em Carrazeda de Ansiães, no largo do toural (junto ao depósito de água)
Telf: 938199258

InfoPrint
Informática e Publicidade

Assistência Técnica, Material e Suporte Informático
Centro de Cópias, Design Gráfico & Publicidade
Sistemas de faturação

☎ 278 099 116 - 938 724 712
✉ infoprint.crz@gmail.com
f [infoprintcarrazeda](https://www.facebook.com/infoprintcarrazeda)
📍 Praça D. Lopo Vaz de Sampaio nº50 R/C
Carrazeda de Ansiães



Em que país vivemos...!

José Alberto Gonçalves

Com imensa pena minha, desta vez o meu artigo mensal, não irá incidir em termos técnicos, mas sim em preocupação quer a nível social, económico mas também no que diz respeito a segurança. Como será fácil de perceber vou, propor um pensamento sério, no que está a decorrer este ano no nosso país... "terrorismo e inferno".

Quer queiramos ou não, sem medo de falar sobre o assunto, estamos perante um terrorismo aceso e evidente, pois mais de quarenta fogos num mesmo dia, numa mesma hora, numa mesma noite não é normal, muito menos aceitável de entender que é só mão criminosa, é mais, é terrorismo formalmente premeditado.

Embora muitos dos "inteligentes" deste país dizerem que toda esta panóplia de fogos, a acontecer ao mesmo tempo, e devido em parte à falta de limpeza das florestas, ao uso de muitos produtos fitofármacos na agricultura, em detrimento do uso proveniente da limpeza das florestas, que seriam aplicados e formalmente substitutos desses fertilizantes. Acredito que seria muito

mais fácil, combater um fogo em que a floresta estivesse limpa, claro que será o começo para a não propagação dos incêndios, mas, e eu digo, mas, uma coisa é deflagrar um incêndio e até depois alastrar, muito devido às nossas matas estarem, sujas, inacessíveis até, mas surgirem trinta ou quarenta fogos num mesmo dia, numa mesma hora, numa mesma noite... não nos enganem, algo se passa de muito grave.

Cem mortes, um não sei quanto número de feridos, é anormal. Um atentado em Inglaterra, um atentado em França, levou imediatamente ao levantamento das possíveis origens do mesmo... e o que se fez desde início de junho (tragédia de Pedrogão) até o dia quinze de outubro (já apelidado de dia do fogo)... Vamos refletir e todos contribuir para que nunca poder voltar a acontecer, não dizer como o fez o nosso primeiro ministro, que estas tragédias voltarão a acontecer... que passividade e passagem de um atestado de burrice nos quererão impingir... BASTA. Façam o favor de nos proteger.

Jornal "O Pombal" nº250 - 20 de outubro de 2017

CARTÓRIO NOTARIAL ALAMEDA NOSSA SENHORA DE FÁTIMA

NÚMERO 8

MACEDO DE CAVALEIROS

Notária Lic. Ana Maria Gomes dos Santos Reis

---Certifico para efeitos de publicação que por escritura lavrada neste Cartório Notarial no dia vinte e nove de agosto de dois mil e dezassete, no livro de notas trezentos e vinte e cinco traço A com início a folhas cinquenta e oito **ANTÓNIO AUGUSTO FIUPE** (N.I.F. 102 574 111) e mulher **GENTIL DA RESSURREIÇÃO RIJÃO** (N.I.F. 102 574 103) casados sob o regime da comunhão geral, naturais ele da freguesia de Seixas, concelho de Vila Nova de Foz Côa, ela, da freguesia de Vilarinho da Castanheira, concelho de Carrizada de Ansiães, onde residem na Rua do Tenreiro, nº 110, declaram que com exclusão de outrem, são donos e legítimos possuidores do seguinte:-----

--- Prédio rústico composto de horta, terra para trigo e centeio, vinha e árvores de fruto, com a área de seis mil cento e setenta metros quadrados, sito no lugar de "Vale do Pino", freguesia de **Vilarinho da Castanheira**, concelho de **Carrizada de Ansiães**, inscrito na matriz sob o **artigo 875**, com o valor patrimonial de 69,13€, e para efeitos de Imposto Municipal de Transmissões Onerosas de 1.358,57€, a que atribuem igual valor, que confronta de norte com Marcolino Rijão, de sul com Manuel Nascimento, de nascente com Aníbal Augusto Almeida, e de poente com António Manuel de Assis, omisso na Conservatória do Registo Predial de Carrizada de Ansiães.-----

---O referido prédio veio à posse e domínio dos justificantes, por partilha com os demais interessados, por óbito de Marcolino Augusto Rijão e Irínia d'Assunção Martins, que foram residentes em Vilarinho da Castanheira aquisição que ocorreu em por volta do ano mil novecentos e setenta e oito, não tendo sido formalizada por documento autêntico a referida aquisição. -----

--- Que desde então, portanto há mais de vinte anos, têm possuído o referido prédio, em nome próprio, retirando as utilidades pelo mesmo proporcionadas, cultivando-o e colhendo os frutos, pagando os respetivos impostos, com o ânimo de quem exerce direito próprio, sendo reconhecidos como seus donos por toda a gente, fazendo-o de boa fé, por ignorarem lesar direito alheio, pacificamente porque sem violência, contínua e publicamente, à vista e com o conhecimento de toda a gente e sem oposição de ninguém. -----

---Que dadas as características de tal posse, os justificantes adquiriram o prédio referido, por usucapião, título esse que pela sua natureza, não é suscetível de ser comprovado pelos meios extrajudiciais normais. -----

---Está conforme o original. Macedo de Cavaleiros vinte e nove de agosto de dois mil e dezassete. A Notária Ana Maria Gomes dos Santos Reis

Conta registada sob o número 1577/I

Jornal "O Pombal" nº250 - 20 de outubro de 2017

CARTÓRIO NOTARIAL DE PESO DA RÉGUA

DA NOTÁRIA MARIA MANUELA TEIXEIRA MAGALHÃES SANTOS

Extrato

ara efeitos de publicação que, por escritura de Justificação Notarial lavrada neste Cartório Notarial de outubro de dois mil e dezassete, com início a folhas sessenta e nove, do livro de notas para número cento e doze traço A **JOÃO CARLOS SIMÕES MARQUES** e mulher **MARIA HELENA TAVAR**, casados sob o regime da comunhão de adquiridos, ambos naturais da freguesia de Alcofra, cc residentes na Avenida Aquilino Ribeiro, nº631, Carrizada de Ansiães, DECLARAM que, com e o donos e legítimos possuidores do **prédio urbano** composto por terreno para construção, com e oitenta e seis metros quadrados, sito na Avelino Aquilino Ribeiro, na freguesia e concelho de **s**, a confrontar do norte com João Carlos Simões Marques, do sul e nascente com Paulo Can m Estrada municipal, **omisso** na Conservatória do Registo Predial de Carrizada de Ansiães, i dial respetiva sob o **artigo 2405**, com o valor patrimonial atual de € **18.730,00**, IGUAL AO ATRIB

referido prédio já constituía uma realidade materialmente autónoma e distinta à data da entrada em lei dos loteamentos e veio à posse e domínio dos justificantes, já no estado de casados entre s e Alexandre Augusto Chouzende e mulher Antónia Moreira da Rocha Chouzende, ele já falecido, ue foi lugar da Samorinha, Carrizada de Ansiães, aquisição essa nunca foi formalizada por escrito ocutmento autêntico.-----

sde a data da referida aquisição, portanto há mais de vinte anos, passaram os justificantes a lo o prédio, em nome próprio, interrupta e ostensivamente, à vista de toda a gente, sem oposição seja, posse esta pública, pacífica porque sem violência, contínua e de boa-fé, considerando-s os por toda a gente como seus únicos, na convicção de que não lesavam direitos de outrem, riais criadores e reveladores de posse, nomeadamente, aí guardando diversos materiais e fruid es proporcionadas pelo mesmo.-----

sa posse em nome próprio, pacífica, contínua e pública, desde há mais de vinte anos, facul daquele prédio por **usucapião**, que expressamente invocam, justificando o seu direito de proprie registo predial, dado que o modo de aquisição não pode ser provado por qualquer outro tít al. Está conforme o original na parte transcrita.-----

égua, vinte e três de Outubro de dois mil e dezassete.-----

Maria Manuela Teixeira de Magalhães Santos.

stada sob o nº 1393



Um país de luto à sombra das cinzas II

António Duarte Cunha

Em junho passado, escrevi neste espaço sobre a tragédia ocorrida em Pedrógão Grande fruto do grande incêndio que varreu aquela zona. Uma calamidade tragicamente absurda!!

Há quatro meses, perguntava no meu círculo de amigos o que mais haveria para arder neste país. A resposta foi dada pelos acontecimentos do passado dia 15, também trágicos e calamitosos e com uma dimensão que horrorizou todos os portugueses!!

Um vendaval de fogo e dor varreu, uma vez mais, este país de sul para norte com uma dimensão em área nunca vista: perdas humanas, área ardida de floresta nunca vista, pessoas que ficaram sem nada, empresas destruídas, um ecossistema transformado em fogo e cinzas... A estrutura de combate aos incêndios falhou em toda a linha.

O que me espanta é que após tamanha tragédia, após quatro meses da de Pedrógão Grande, houve afirmações deploráveis de (ir)responsáveis políticos que se limitaram a passar as culpas e a responsabilidade para as populações!!!! Pediu-se resiliência e ação às populações no combate aos incêndios! Surreal! Em que país está esta gente que nos governa (!?!!!)!! Valha-nos o artigo 22.º da nossa Constituição que diz que o Estado e as demais

entidades públicas são civilmente responsáveis, em forma solidária com os titulares dos seus órgãos, funcionários ou agentes, por ações ou omissões praticadas no exercício das suas funções e por causa desse exercício, de que resulte violação dos direitos, liberdades e garantias ou prejuízo para outrem. O Presidente da República percebeu, o Sr. Primeiro Ministro não!!! Falência, desleixo e incompetência nesta matéria!

Nas redes sociais, de acordo com a conveniência partidária ou com a tendência política de cada um, começou, a seco e com o aroma nauseabundo cacofonia, o discurso do passa culpas: os culpados eram Passos Coelho, Assunção Cristas, no fundo, o anterior governo, a meteorologia (como se não houvesse o IPMA), o descuido e a desorganização que tem merecido a nossa floresta, etc, etc. Isto não lembra a ninguém!!

O que falhou foi a estrutura de comando e os meios de combate aos incêndios que alguém fez o favor de dispensar porque já estava preocupado com as cheias em tempo de seca extrema!

Desgraçadamente, pela segunda vez em quatro meses é hora de chorar pelos mais de 100 portugueses que morreram e que não voltarão a ter férias!!

É chegada a hora de agir sobre e pela floresta.

Jornal "O Pombal" nº250 - 20 de outubro de 2017

CARTÓRIO NOTARIAL ALAMEDA NOSSA SENHORA DE FÁTIMA

NÚMERO 8

MACEDO DE CAVALEIROS

Notária Lic. Ana Maria Gomes dos Santos Reis

---Certifico para efeitos de publicação que por escritura lavrada neste Cartório Notarial no dia vinte e n setembro de dois mil e dezassete, no livro de notas trezentos e vinte e sete traço A com início a folhas 1 nove **MARIA HELENA DE CARVALHO NEVES** (N.I.F 127 404 457) e marido **DUARTE DE JESUS VAZ** (N.I.F 1 316) casados sob o regime da comunhão geral, naturais ela da freguesia e concelho de Carrizada de Ans e ele da freguesia de Santa Maria, concelho de Bragança, residentes na Rua do Campolindo, 331, 2º es Porto, declaram que que com exclusão de outrem são donos e legítimos possuidores do seguinte prédio:

--- Prédio rústico composto de terra com árvores de fruto, com a área de mil duzentos e vinte e oito cinquenta metros quadrados, sito no lugar de "Sainça" na aldeia de **Belver**, da União de freguesias de **Bi Mogo de Ansiães**, concelho de **Carrizada de Ansiães**, inscrito na matriz sob o artigo 2541, com c patrimonial e para efeitos de I.M.T o valor de 814.50€, a que atribuem o valor de dois mil euros, a com de norte com Francisco Lopes, de sul com Estrada Nacional, de nascente com Ana Margarida Oliveira e com Francisco Lopes e Maria Helena Carvalho Neves, omisso na Conservatória do Registo Predial de Car de Ansiães.

---O referido prédio veio à posse e domínio dos justificantes, no estado de casados, por doação verbal do justificante mulher, António Neves, viúvo, residente que foi no lugar da Sainça, freguesia de Belver, co de Carrizada de Ansiães, aquisição esta que ocorreu por volta do ano mil novecentos e noventa, não sido formalizada por documento autêntico.

--- Que desde então, portanto há mais de vinte anos, têm possuído o referido prédio, em nome p retirando as utilidades pelo mesmo proporcionadas, cultivando-o e colhendo os seus frutos, com o ãni quem exerce direito próprio, sendo reconhecidos como seus donos por toda a gente, fazendo-o de boa ignorarem lesar direito alheio, pacificamente porque sem violência, contínua e publicamente, à vista e conhecimento de toda a gente e sem oposição de ninguém.

---Que dadas as características de tal posse, os justificantes adquiriram, o referido prédio, por usucapião esse que pela sua natureza, não é susceptível de ser comprovado pelos meios extrajudiciais normais.

--- Pelos segundos outorgantes foi dito, que confirmam as declarações que antecedem por inteiramente verdadeiras.

---Está conforme o original. Macedo de Cavaleiros vinte e nove de setembro de dois mil e dezassete. A Ana Maria Gomes dos Santos Reis

Conta registada sob o número 1786/1



Conservatória dos Registos Civil, Predial e Comercial e Cartório Notarial de Carrizada de Ansiães

Jornal "O Pombal" nº250 - 20 de outubro de 2017

CERTIDÃO

---Certifico, para fins de publicação, nos termos do artº 100º do código do notariado, que por escritura de just notarial, outorgada neste cartório notarial, em 12/10/2017, lavrada a partir de folhas 21 do respetivo livro de notas r bilienas e 111, José Miguel de Lima, NIF 104 332 212, e mulher Maria Helena de Novais Lima, NIF 104 332 204, i sob o regime de comunhão geral, naturais da ele freguesia e concelho de Carrizada de Ansiães, e ela da fregu Lavandeira, concelho de Carrizada de Ansiães, residentes na Rua Capitão Francisco do Amaral, nº79, freguesia e cc de Carrizada de Ansiães, declaram:

IMÓVEIS SITOS NO CONCELHO DE CARRIZADA DE ANSIÃES

freguesia de Carrizada de Ansiães

Verba nº1

Natureza: rústica

Composição: pinhal

Confinantes: ribeiro (Norte); José Augusto Gonçalves (Sul); José Manuel Lima (Nascente); José Augusto Gonçalves (P

Situação: Santo Ovídio

Artigo Matricial: 136

Área: 4140 metros quadrados

Valor Patrimonial tributário: € 85,33

Descrição predial: não descrito na Conservatória do Registo Predial de Carrizada de Ansiães

Verba nº2

Natureza: rústica

Composição: terra de horta

Confinantes: casa de José Miguel de Lima (Norte); caminho (Sul); caminho (Nascente); caminho (Poente)

Situação: Sangrinhal

Artigo matricial: 379

Área: 1080 metros quadrados

Valor Patrimonial tributário: € 955,82

Descrição predial: não descrito na Conservatória do Registo Predial de Carrizada de Ansiães

---Que atribuem a cada um dos bens imóveis o respetivo valor patrimonial no total de mil e quarenta e um euros e cêntimos.

---Que, entraram na posse das prédios indicados, no ano de mil e novecentos e sessenta e quatro, por i meramente verbal feita por duto de José Manuel de Lima e mulher Mara da Glória Soares Sampaio, que foram cas regime de comunhão geral e residentes em Carrizada de Ansiães.

---Que, deste modo não possuem título formal que lhes permita registar na aludida Conservatória do Registo Pri identificados imóveis, todavia, desde o citado ano, data em que se operou a tradição material dos mesmc justificantes, já possuem, em nome e interesse próprios, os prédios em causa, tendo sempre sobre eles praticado tr anos materiais de conservação, uso e aproveitamento, tais como, amanhando-os, semeando-os, cultivando-os, colhe produtos semeados, aproveitando, assim, deles todas as suas correspondentes utilidades, agindo sempre com proprietários, que na sua fruição, quer no suporte dos encargos, tudo isso realizado à vista de toda a gente, sem q ocultação, de forma continuada, ostensiva e ininterrupta desde o seu início, sem qualquer oposição ou obstáculo d quer que seja e sempre no convencimento de o fazerem em coisa própria, tendo, assim, mantido e exercido sc identificados prédios, durante mais de vinte anos e com o conhecimento da generalidade das pessoas vizinhas, um pública, pacífica, contínua e em nome próprio, pelo que adquiriram os citados prédios rústicos por **usucapiõ** expressamente invocam para justificar o seu direito de propriedade para fins de primeira inscrição no registo i direito esse que pela sua própria natureza não pode ser comprovado por qualquer título formal extrajudicial.

Extra a presente certidão de teor parcial que vai conforme o seu original, e na parte omitida nada há em contrã ampie, restrição, modifique ou coincida a parte transcrita.
12.10.2017. A Conservadora,
(Ana Paula Pinto Filipe da Costa) Conta registada sob o nº 495.



Um ano trágico

Cecília Meireles

Deputada Assembleia da Republica

O ano que vivemos vai, infelizmente, ficar para a História como um dos anos mais trágicos que Portugal já viveu.

O Estado português falhou. Falhou de forma basilar na confiança que as pessoas nele depositavam, crendo que seria capaz de assegurar a proteção das pessoas e do seu território. Falhou para as mais de cento e dez pessoas que perderam as vidas, para as suas famílias e amigos, para aqueles que esperaram em vão por um socorro que nunca chegou, para os que ficaram sem casa, para todos os que ficaram sem emprego. Falhou para todos os que viram, por duas vezes, acontecer aquilo que todos queríamos que fosse impossível.

E se é verdade que as causas desta tragédia têm muito de estrutural e atravessam décadas, partidos e governos, não é menos rigoroso perceber que dizer que a responsabilidade é de todos é uma forma de fazer com que a responsabilidade não seja de ninguém.

E por muito que o Governo se esconda atrás de reformas, relatórios e assessores de imagem, a realidade é que o Governo falhou.

Falhou quando não preparou os meios de combate adequados a condições climatéricas que foram excecionais, mas não inesperadas. Mesmo depois de já ter sucedido uma tragédia.

Falhou na flagrante descoordenação no incêndio de Pedrogão Grande, testemunhada no imediato e reconhecida no Relatório Independente. Como se pode ler o dito Relatório, “não se verificou incremento algum de meios, como seria expetável” e “não se encontraram razões explícitas que poderiam ter justificado a não mobilização deste grupo”; “o único [meio] formatado, posicionado num distrito vizinho, em estado de prontidão imediato, não é mobilizado” e “não se encontrou justificação racional para esta decisão”.

Falhou quando decidiu, na pior das alturas, dizer aos portugueses que deviam aprender a auto proteger-se, e que não podiam ficar à espera dos bombeiros ou de aviões. Ou que o melhor era que se habituassem a estes acontecimentos. Como se fosse sequer possível alguém habituar-se a uma coisa destas!

Quando o Estado falha porque o Governo falhou, e quando essa falha conduz à morte de mais de uma centena de pessoas, à maior área ardida de sempre e a uma destruição avassaladora do nosso território, que outra reação parlamentar ou alternativa constitucional pode existir para além de uma Moção de Censura? Mais, se o que se passou não justifica uma Moção de Censura, então o que poderá haver de mais grave que o justifique?

Jornal “O Pombal” nº20 de outubro de 2017

CARTÓRIO NOTARIAL ALAMEDA NOSSA SENHORA DE FÁTIMA

NÚMERO 8

MACEDO DE CAVALEIROS

Notária Lic. Ana Maria Gomes dos Santos Reis

para efeitos de publicação que por escritura lavrada neste Cartório Notarial no dia dezois de outubro no livro de notas trezentos e vinte e oito traço A com início a folhas vinte e uma **EDUARDA DA RESSURREITEIRA**, maior, natural da freguesia de Vilarinho da Castanheira, concelho de Carrazeda de Ansiães, onde reside, no lugar de Pinhal do Douro, declarou que com exclusão de outrem é donos e legítimo possuidor do sítio

dió rústico composto de terreno para construção, com a área de mil duzentos e vinte e nove metros quadrados, lugar de Pinhal do Douro, freguesia de **Vilarinho da Castanheira**, concelho de **Carrazeda de Ansiães**, matriz sob o **artigo 1.049**, com o valor patrimonial de 4.590,00€, a que atribui igual valor, a confrontar de norte com o **Adelino Mesquita**, de nascente com **Arlindo Cordeiro** e de poente com **Adelino Mesquita**, omissão na Conservatória do Registo Predial de Carrazeda de Ansiães.

dió urbano composto de dois pisos para arrumos, com a superfície coberta de oitenta metros quadrados, rua Principal, lugar de Pinhal do Douro, freguesia de **Vilarinho da Castanheira**, concelho de **Carrazeda de Ansiães**, matriz sob o **artigo 1.836**, com o valor patrimonial de 18.750,00€, a que atribui igual valor, a confrontar de norte com **Adelino Mesquita**, de nascente com **Arlindo Cordeiro**, e de poente com **Rua Pública**, omissão na Conservatória do Registo Predial de Carrazeda de Ansiães.

dió rústico composto de terra com oliveiras, terra com cepas, árvores de fruto e amendoeiras, com a área de dez metros quadrados, sítio no lugar de “Bulfata”, freguesia de **Vilarinho da Castanheira**, concelho de **Carrazeda de Ansiães**, matriz sob o **artigo 1.836**, com o valor patrimonial de 33,52€, a que atribui igual valor, a confrontar de norte com **Adelino Mesquita**, de nascente com **Arlindo Cordeiro**, e de poente com **Rua Pública**, omissão na Conservatória do Registo Predial de Carrazeda de Ansiães.

dos prédios vieram à posse e domínio da justificante como prédios autónomos, por partilha verbal e por óbito de **Umbelina Maria**, que foi residente em Pinhal do Douro, Vilarinho da Castanheira, aquisição por ano mil novecentos e setenta e nove, não tendo sido formalizada por documento autêntico a referida aquisição, portanto há mais de vinte anos, tem possuído os referidos prédios, em nome próprio, retirando as proporções, habitando e guardando haveres na casa, guardando diversos materiais na parcela e o ânimo de quem exerce direito próprio, sendo reconhecida como sua dona por toda a gente, fazendo-o de direito alheio, pacificamente porque sem violência, contínua e publicamente, à vista e com o conhecimento de ninguém.

as as características de tal posse, a justificante adquiriu os prédios referidos por usucapião, título esse é suscetível de ser comprovado pelos meios extrajudiciais normais.

orme o original. Macedo de Cavaleiros vinte dezois de outubro de dois mil e dezoisete. A Notária Ana Maria Gomes dos Santos Reis

ada sob o número 1888



Jornal “O Pombal” nº250 - 20 de outubro de 2017

Conservatória do Registo Civil, Predial e Comercial e Cartório Notarial de Carrazeda de Ansiães

CERTIDÃO

ico, para fins de publicação, nos termos do artº 100º do código do notariado, que por escritura de jura torgada neste cartório notarial, em 23/10/2017, lavrada a partir de folhas 44 do respetivo livro de notário, **Pascal Gilbert Maurice Fournier**, NIF 270 783 377, de nacionalidade francesa, e mulher **Alice de Jesus IF 180 194 658**, casados sob o regime da comunhão de adquiridos, naturais ele Saint-Nazaire, França e Zedes, concelho de Carrazeda de Ansiães, residentes em 8 Allee Jacques Ibert, 91240, Saint Michel

laram: , com exclusão de outrem, são donos e legítimos possuidores de duas terças partes indivisas de um prédio com dois andares e anexa uma dependência, com a área coberta de oitenta metros quadrados, essa do Fonte, Zedes, freguesia de **Amedo e Zedes**, concelho de **Carrazeda de Ansiães**, inscrito no respetivo nº 39, com o valor patrimonial correspondente à fração de €4760,00, igual ao que lhe atribuem, diário de Registo Predial de Carrazeda de Ansiães sob o número quinhentos e vinte da freguesia de Zedes stada a aquisição de uma terça parte indivisa a favor de **Antónia Joaquina Alves**, viúva, residente na Tr s, Amedo e Zedes, Carrazeda de Ansiães, conforme inscrição apresentação duzentos e doze de dez de ab e, sem qualquer inscrição em vigor quanto a duas terças partes indivisas.

entraram na posse do referido prédio, por doação verbal, já no estado de casados, feita pelos pais da j quim Soares e Maria do Céu Cardoso, que foram casados e residentes no dito Zedes, já falecidos, doação es que não podem precisar, do ano de mil novecentos e oventa e quatro, e que nunca foi reduzida a

deste modo não possuem título formal que lhes permita registar na aludida Conservatória do Registo imóvel, todavia, desde o citado ano, data em que se operou a tradição material do mesmo, eles justifi m compoem com a dita **Antónia Joaquina Alves**, atrás identificada, em nome e interesse próprios, o i o sempre sobre ele praticado todos os actos materiais de conservação, uso e aproveitamento, tais como, de habitação de férias, fazendo as necessárias obras de conservação, aproveitando, assim, dele todos entes utilidades, e pagando todas as contribuições e impostos por ele devidos, agindo sempre c is, quer na sua fruição, quer no suporte dos seus encargos, tudo isso realizado à vista de toda a g ultação, de forma continuada, ostensiva e ininterrupta desde o seu início, sem qualquer oposição ou ob que seja e sempre no convencimento de o fazerem em coisa própria, tendo, assim, mantido e exercido prédios, durante mais de vinte anos e com o conhecimento da generalidade das pessoas vizinhas, u fica, contínua e em nome próprio, pelo que adquiriram o citado prédio por **usucapião**, que expri ra justificar o seu direito de propriedade para fins de primeira inscrição no registo predial, direito esse q ureza não pode ser comprovado por qualquer título formal extrajudicial.

sente certidão de teor parcial que vai conforme o original, e na parte omitida nada há em contrário qí odifique ou codicione a parte transcrita.

. A Conservadora, Pinto Filipe da Costa) Conta registada sob o nº 516

HIPERTENSÃO ARTERIAL

Pedro Carvalho

O que é a Hipertensão Arterial?

A pressão arterial é a pressão que o sangue exerce sobre a parede das artérias durante a sua circulação. A hipertensão arterial ocorre quando o coração, ao bombear sangue, exerce uma força excessiva contra a parede das artérias.

Define-se como hipertensão quando a pressão arterial apresenta valores superiores a 140mmHg de pressão arterial sistólica e 90mmHg de pressão arterial diastólica.

É natural e normal que a pressão arterial aumente em alguns momentos, devido a esforços físicos ou emoções. Também é natural que, após esses momentos, os valores da pressão arterial voltem aos níveis normais.

A hipertensão arterial só é grave e causa problemas de saúde quando permanece elevada ao longo de meses, ou quando aumenta muito subitamente.

É importante saber que a pressão arterial tem tendência a subir com a idade. Contudo, a pressão arterial elevada no idoso não deve ser considerada normal.

Causas da Hipertensão Arterial

Em 95% dos pacientes hipertensos não há uma causa orgânica. A hipertensão arterial é causada por predisposição hereditária e fatores externos de risco como a obesidade, consumo de sal em excesso, álcool, café e tabaco. A inatividade física, estilos de vida sedentários e o stress também se associam à hipertensão arterial.

Os restantes casos de hipertensão arterial têm causas orgânicas, como algumas alterações hormonais, doenças dos rins ou dos vasos sanguíneos.

Sinais e sintomas da Hipertensão Arterial

Há sintomas indicativos de hipertensão, embora nos primeiros anos esses sintomas possam passar despercebidos, com o decorrer do tempo podem levar a doenças associadas como o AVC, a angina de peito, o enfarte agudo do miocárdio, a aterosclerose, a insuficiência cardíaca e a insuficiência renal.

Manifesta-se sobretudo em tonturas, cefaleias, cansaço fácil, zumbidos, dificuldades em dormir, hemorragias nasais e alguma irritabilidade.

O que fazer?

- 1 – Medir a pressão arterial

Avalie a tensão arterial de forma regular, uma vez que a hipertensão arterial na maioria das vezes não se manifesta

- Em adultos saudáveis deve medir a pressão arterial pelo menos uma vez por ano.
- Em pessoas obesas, diabéticas, fumadoras e com antecedentes de doença cardiovascular deve ser feito um controle mais regular e seguir as indicações médicas.

2 – Pratique atividade física, mas evite esforços excessivos

Escolha exercícios físicos que compreendam movimentos cíclicos (natação, marcha, corrida ou a dança) e evite esforços físicos bruscos (levantar pesos ou empurrar objetos pesados) que aumentam a pressão arterial durante o esforço.

3 – Alimentação saudável

- Deixe de utilizar sal de mesa e substitua-o por condimentos alternativos, como ervas aromáticas ou sumo de limão.
- Evite também todos os alimentos naturalmente salgados ou aos quais tenha sido adicionado sal durante a sua preparação, como é o caso dos enchidos, enlatados, comidas pré-preparadas, aperitivos ou águas minerais com gás.
- Evite as bebidas alcoólicas e, se tem excesso de peso, procure reduzi-lo através de uma dieta moderada, pobre em gorduras, rica em legumes e saladas

Como Avaliar a Tensão Arterial?

- Escolha um local tranquilo com uma temperatura amena
- Repouse 5 minutos antes da avaliação
- Evitar substâncias estimulantes 30 min. antes da avaliação como, café, álcool ou tabaco
- Evite roupas apertadas
- Apoie o braço, onde será feita a medição, à altura do coração
- A medição no braço é mais fiável do que no pulso
- Faça a medição sempre no mesmo braço
- Anote a hora, o dia e o valor obtido



Douro

Eduardo Pinto

Cais fluviais mais limpos a partir do próximo ano

A Administração dos Portos do Douro, Leixões e Viana do Castelo (APDL) tem em curso um projeto para manter os cais do rio Douro mais limpos. Deverá ser implementado durante 2018. A acumulação de lixo resultante, principalmente, da atividade dos cruzeiros fluviais é, há muitos anos, contestada pelas populações e autarquias, e mancha a imagem de uma região que é Património Mundial.

O plano de receção e gestão de resíduos está a ser finalizado, tem regras mais apertadas e já foi apresentado aos utilizadores da via navegável, mas Vasco Silva, chefe da Divisão de Controlo da Navegação e Planeamento da Via Navegável do Douro, espera que no próximo ano já sejam visíveis os seus efeitos.

O plano visa o ordenamento por albufeira dos locais onde poderão ser feitos os depósitos do lixo. O reforço da limpeza passa, também, pela instalação de contentores de lixo subterrâneos, por serem mais discretos e causarem menos impacto, bem como pelo aumento da frequência da passagem das empresas de recolha, sobretudo durante o verão. Vasco Silva sublinha que “já este ano se notou uma grande melhoria dos serviços, mesmo em zonas consideradas desagradáveis”. Porém, assume que “ainda há muito por fazer”, uma vez que o número de embarcações e de passageiros tem vindo a aumentar. Tal exige “uma melhoria contínua, mesmo ao nível da sensibilização dos operadores e de quem utiliza os espaços”. De qualquer forma, só em 2018 será possível deixar de assistir ao cenário degradante de sacos de lixo amontoados em zonas de grande afluência de turistas.

Entretanto, o Douro teve o seu dia a 21 de outubro. Foi celebrado pela APDL com o objetivo de aproximar o rio ao território, numa altura em que passam 27 anos sobre a viagem inaugural da Via Navegável do Douro. Foi a 19 de outubro de 1990 que uma embarcação turística com 170 pessoas a bordo sobiu pela primeira vez o rio em toda a extensão de 208 quilómetros, desde a foz, no Porto, até Vega Terrón, junto a Barca D'Alva, concelho de Figueira de Castelo Rodrigo. Sob o slogan “Douro: um canal para o território”, a Administração dos Portos do Douro, Leixões e Viana do Castelo vai celebrar anualmente o Dia do Douro. No dia 21

foi no cais da Régua. A APDL mostrou o que faz à comunidade regional, aos clientes e aos agentes económicos ligados direta e indiretamente à via navegável.

“É uma região que teve uma grande transformação e um grande crescimento graças à via navegável”, notou Vasco Silva, realçando que a APDL tem investido na melhoria da navegação no rio Douro no que concerne a novos instrumentos de apoio à navegação, seja na comunicação ou na segurança.

Apesar disso, falta ainda fazer alguns investimentos, como o aprofundamento e alargamento do canal. É imprescindível para dar novo impulso à navegação fluvial, tornando-a viável 24 horas por dia, permitindo a operação em simultâneo do transporte de mercadorias e de turistas, aumentar a capacidade de calado das embarcações e o cruzamento onde de momento está interdito. da, de manhã à noite”, frisou.

Conservatória dos Registos Civis, Predial e Comercial e Cartório Notarial de Carrazeda de Ansiães

Jornal “O Pombal” nº 250 - 20 de outubro de 2017

CERTIDÃO

Certifico, para fins de publicação, nos termos do art.º 100.º do código do notariado, que por escritura de justificação notarial, outorgada neste cartório notarial, em 19/10/2017, lavrada a partir de folhas 42 do respectivo livro de notas número oitenta e oito C, Carlos Alberto de Sousa, NIF 185 150 446, e mulher Maria de Jesus Dias, NIF 189 104 376, casados sob o regime da comunhão de adquiridos, naturais da freguesia de Castanheiro, concelho de Carrazeda de Ansiães, residentes no bairro da Portela, n.º 18, Trailhariz, freguesia de Castanheiro do Norte e Ribalonga, concelho de Carrazeda de Ansiães, declararam:

PRÉDIOS SITOS NO CONCELHO DE CARRAZEDA DE ANSIÃES freguesia de Castanheiro do Norte e Ribalonga (extinta freguesia de Castanheiro)

Verba n.º 1

Natureza: rústica

Composição: olival e figueiras

Confinantes: Fernando Álvaro Tabosa (Norte); Laudomira da Conceição Lopes (Sul); António Luís Calçada (Nascente); Laudomira da Conceição Lopes (Poente)

Situação: Igreja

Artigo Matricial: 1063 (anteriormente inscrito sob o artigo 571 da extinta freguesia de Castanheiro)

Área: 370 metros quadrados

Valor Patrimonial tributário: € 101,24

Descrição predial: não descrito na Conservatória do Registo Predial de Carrazeda de Ansiães

Verba n.º 2

Natureza: rústica

Composição: pinhal

Confinantes: António de Jesus Lopes (Norte); António Júlio Magalhães (Sul); José Maria do Nascimento (Nascente); Delmina Cândida Lopes (Poente)

Situação: Carvalho

Artigo Matricial: 1521 (anteriormente inscrito sob o artigo 805 da extinta freguesia de Castanheiro)

Área: 2400 metros quadrados

Valor Patrimonial tributário: € 35,37

Descrição predial: não descrito na Conservatória do Registo Predial de Carrazeda de Ansiães

Verba n.º 3

Natureza: rústica

Composição: horta

Confinantes: Cândida Silva (Norte); Cândida Silva (Sul); Cândida Andriño (Nascente); José da Costa (Poente)

Situação: Orqueira

Artigo Matricial: 1803 (anteriormente inscrito sob o artigo 946 da extinta freguesia de Castanheiro)

Área: 40 metros quadrados

Valor Patrimonial tributário: € 17,68

Descrição predial: não descrito na Conservatória do Registo Predial de Carrazeda de Ansiães

Verba n.º 4

Natureza: rústica

Composição: vinha e terra de centeio

Confinantes: Júlio Machado (Norte); Maria da Silva (Sul); Maria da Silva (Nascente); Cristiano Dias (Poente)

Situação: caminho

Artigo Matricial: 1855 (anteriormente inscrito sob o artigo 972 da extinta freguesia de Castanheiro)

Área: 460 metros quadrados

Valor Patrimonial tributário: € 44,21

Descrição predial: não descrito na Conservatória do Registo Predial de Carrazeda de Ansiães

Verba n.º 5

Natureza: rústica

Composição: vinha, oliveiras, figueira, terra de centeio e pastagem de cabras

Confinantes: António Luís Calçada (Norte); António Luís Calçada (Sul); António Luís Calçada (Nascente); José Joaquim Samões (Poente)

Situação: Laje d'Antão

Artigo Matricial: 2063 (anteriormente inscrito sob o artigo 1080 da extinta freguesia de Castanheiro)

Área: 3600 metros quadrados

Valor Patrimonial tributário: € 229,45

Descrição predial: não descrito na Conservatória do Registo Predial de Carrazeda de Ansiães

-----Que atribuem a cada um dos bens imóveis o respetivo valor patrimonial.

-----Que, entram na posse dos indicados prédios, no ano de mil novecentos e oitenta e seis, já no estado de casados, por doação meramente verbal que nunca foi reduzida a escritura pública, feita em dia e mês que não podem precisar, por Cândida da Conceição Poças, que foi viúva, e residente no dito Trailhariz, já falecida.

-----Que, deste modo não possuem título formal que lhes permita registar na aludida Conservatória do Registo Predial os identificados imóveis, todavia, desde o citado ano, data em que se operou a tradição material dos mesmos, eles justificados, já possuem, em nome e interesse próprios, os prédios em causa, tendo sempre sobre eles praticado todos os atos materiais de uso e aproveitamento agrícola, tais como, amanhando-os, semeando-os, cultivando-os, colhendo os seus frutos, aproveitando, assim, deles todas as suas correspondentes utilidades e pagando todas as contribuições e impostos por eles devidos, agindo sempre como seus proprietários, quer na sua fruição, quer no suporte dos seus encargos, tudo isso realizado à vista de toda a gente, sem qualquer ocultação, de forma continuada, ostensiva e ininterrupta desde o seu início, sem qualquer oposição ou obstáculo de quem quer que seja e sempre no convencimento de o fazerem em coisa própria, tendo, assim, mantido e exercido sobre os identificados prédios, durante mais de vinte anos e com o conhecimento da generalidade das pessoas vizinhas, uma posse pública, pacífica, contínua e em nome próprio, pelo que adquiriram os citados prédios por **usucapião**, que expressamente invocam para justificar o seu direito de propriedade para fins de primeira inscrição no registo predial, direito esse que pela sua própria natureza não pode ser comprovado por qualquer título formal extrajudicial.

-----Extrai a presente certidão de teor parcial que vai conforme o seu original, e na parte omitida nada há em contrário que amplie, restrinja, modifique ou condicione a parte transcrita.

19.10.2017. A Conservadora,

(Ana Paula Pinto Filipe da Costa) Conta registada sob o n.º 514.

**Eduardo Pinto**

Torre de Moncorvo Exploração de minério de ferro tem de avançar até maio de 2018

A exploração do minério de ferro no concelho de Torre de Moncorvo tem de começar antes do final de maio de 2018. É o limite do prazo de 18 meses que ficou estipulado no contrato de concessão definitiva assinado, em 30 de novembro de 2016, entre a empresa MTI-Ferro de Moncorvo e o Governo. “Se não cumprir perde a concessão”, salienta Carlos Guerra, consultor da MTI para a área ambiental.

O responsável acrescenta que o trabalho que tem sido desenvolvido desde então é “a consolidação de parcerias e a contratualização de fornecimentos”, entre outros. “São contratos que estão em fase avançada”.

O “elemento mais complicado” que a empresa tem encontrado no decorrer do processo é a “flutuação dos preços de mercado”, o que também tem a ver com alguma instabilidade na Ásia, nomeadamente a provocada pela Coreia do Norte. A China é o maior comprador e o maior transformador de minério de ferro em aço.

Para evitar surpresas desagradáveis, a empresa está a estudar a utilização do minério de ferro em obras de defesa da costa marítima, que necessitam de inertes extremamente densos. O molhe oeste de Sines e os molhes da barra do Douro são exemplos dados por Carlos Guerra para explicar os “belíssimos resultados” conseguidos com aquele tipo de aplicação do minério de ferro explorado noutros tempos em Moncorvo.

O preço da tonelada nos mercados internacionais tem andado quase sempre acima da fasquia mínima rentável dos 50 dólares, mas se começar a ficar abaixo “o projeto terá de ser repensado, pelo menos quanto à redução de custos”. Daí a necessidade da MTI ter um plano alternativo à exploração de minério de ferro exclusivamente para a produção de aço.

A MTI-Ferro de Moncorvo deverá investir 114 milhões de euros até 2026 na exploração do minério de ferro no concelho moncorvense. A previsão é de seis milhões de toneladas de minério nos primeiros cinco anos de laboração. Numa primeira fase devem ser criados cerca de 200 postos de trabalho diretos.

Mulheres só mandam em 32 Municípios

Em Portugal só há 32 senhoras presidentes de Câmara, três delas no distrito de Bragança: Júlia Rodrigues em Mirandela; Maria do Céu Quintas, em Freixo de Espada à Cinta; e Berta Nunes, em Alfândega da Fé. Mas há sete distritos (Vila Real, Guarda, Viseu, Beja, Braga, Castelo Branco e Viana do Castelo), num total de 101 concelhos, sem qualquer liderança municipal feminina. Em 2013 foram eleitas 23 mulheres como presidentes de Câmara. Em 2017, o número subiu para 32. São mais nove, mas mesmo assim representam pouco mais de 10% no universo masculino que continua a liderar a esmagadora maioria dos 308 municípios portugueses.

É por isso que Manuela Tavares, da direção da União de Mulheres Alternativa e Resposta (UMAR), considera que o aumento, em quatro anos, de 7,3% para 10,4%, “não é significativo” no todo nacional, apesar de pensar que “é importante”.

Claro que este é o resultado da Lei da Paridade que puxa as mulheres um pouco mais para cima nas listas de candidatos, algumas vezes guindando-as ao primeiro lugar, mas o equilíbrio continua à distância de “um caminho muito longo”. Manuela Tavares acrescenta que “é preciso apostar mais nas

mulheres”, sem temer que possam ter menor experiência. Defende, até, que “elas têm uma experiência acumulada maior, estão mais próximas da vida de todos os dias, e, por isso, são mais sensíveis aos problemas municipais”.

Ora, estando as câmaras mais próximas das preocupações das populações, “esta é uma grande oportunidade para as mulheres participarem no poder político”. A dirigente da UMAR entende que “é uma forma mais fácil de o fazer do que na Assembleia da República”, onde as elas representam 34,8% do total de 230 deputados.

Para combater esta “grande discrepância” em relação às autarquias, Manuela Tavares desafia os partidos políticos a terem “maior confiança” nas mulheres e “não terem receio de dar-lhes poder” autárquico. Isto apesar de “os homens que são presidentes terem muita dificuldade em ceder os seus lugares”, mesmo que haja mulheres vereadoras que tenham tido “um papel muito importante nas autarquias”.

Manuela Tavares, dirigente da União de Mulheres Alternativa e Resposta, salienta ainda que nas eleições de 2013 houve “mulheres que ocuparam lugares nas listas de candidatos à frente do marido para cumprir a Lei da Paridade, mas que após o sufrágio lhes cederam o lugar”.



Falta de chuva provoca quebra de 30% na castanha

Eduardo Pinto

Agricultores esperam que aumento do preço compense menor quantidade

Este ano, a castanha começou a cair mais cedo, mas está a acontecer às prestações. Pelo andar da carruagem, o que podia demorar duas a três semanas pode vir a prolongar-se pelo dobro do tempo ou mais. Ainda por cima, são mais pequenas. A culpa é da falta de chuva, que emagreceu as castanhas e o rendimento que podem gerar.

Abel Pereira, presidente da Arbórea, uma associação agroflorestal que reúne cerca de 400 sócios dos concelhos Bragança e Vinhais, diz que “é ainda muito cedo para quantificar a quebra de produção que haverá”, mas já deu para perceber que a que está a cair das árvores “já vem muito desidratada”, o que fará com que cada fruto pese menos. Por seu turno, Carlos Fernandes, da Organização de Produtores de castanha do Transbaceiro, em Bragança, tem já mais certezas: “perdas provocadas pela seca entre 30% e 40%”.

Pelo conhecimento que tem de todas as zonas de produção de castanha do país, José Laranjo, presidente da RefCast – Associação Portuguesa da Castanha, quantifica a média da quebra de produção “em 30% em relação a um ano normal”. E não é que os castanheiros tenham menos fruto. O problema é que é mais pequeno. “Mas a menor produção poderá ser compensada por um preço melhor”, prevê.

Nos soutos cujos solos tenham sido movimentados, a terra está tão mole que quando o produtor tentar abrir o ouriço para retirar as castanhas, o mais certo é ele infiltrar-se na terra, tornando mais demorada a colheita.

Por outro lado, há cada vez mais dificuldades em arranjar pessoal para apanhar a castanha. Para suprir a dificuldade, há produtores que começam a arrelvar os soutos com o objetivo de fazer a recolha com recurso a um aspirador.

Com este outono a registar dias melhores que no verão, José Laranjo lamenta que a cultura da castanha ainda assente num “modelo de produção relativamente tradicional”, que está “muito dependente das condições climáticas”. Melhor seria que o setor estivesse já “mais modernizado”, aconselhando a “introdução da rega e alguns tratamentos fitossanitários homologados”, mas que “pouca gente utiliza”.

O também docente e investigador da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, José Laranjo, está a orientar uma tese de doutoramento que estuda os benefícios da rega na produção de castanha, em Bragança. Os resultados de quase cinco anos de estudos comprovam que “o acréscimo de produção provocado pela rega nunca é inferior a 25%”.

SABER MAIS:

Variedades

As principais: Martainha, Judia, Longal, Negral, Bária e Colarinha. São mais doces, descascam-se e conservam-se bem. Outras: Côta, Lamela, Aveleira, Boaventura, Trigueira, Preta e Zeive. Variedades híbridas: Marigoule e Bouche de Bétizac são

as duas principais, mas o seu cultivo em Portugal ainda é residual. São de menor qualidade que as portuguesas, mas têm calibres grandes e amadurecem mais cedo.

Doenças

Provocada pelo fungo *Phytophthora cinnamomi*, a doença da tinta ataca as raízes do castanheiro que ficam feridas, por exemplo, durante a lavragem dos soutos. O cancro é provocado pelo fungo *Cryphonectria parasitica* e ataca as partes mais frágeis dos ramos. Em ambos os casos, conduzem ao entupimento dos vasos que transportam a água e os sais minerais até às folhas. Em consequência, as plantas morrem.

Vespa é ameaça, mas está a ser combatida

A vespa da galha do castanheiro (*Dryocosmus kuriphilus*) é uma preocupação para quem tem soutos, mas ainda não é a responsável por quebras de produção significativas em Portugal, ao contrário do que aconteceu em Itália, onde muitos soutos foram destruídos, e também em França. A luta biológica que tem vindo a ser implementada pela RefCast, com largadas do parasitoide *Torymus sinensis* nas áreas infestadas pela vespa, já está a ter resultados positivos. “Prevemos que no prazo de cinco anos a praga possa estar controlada em Portugal”, adianta José Laranjo, presidente da RefCast.

Entre 1 e 2,5 euros por quilo

A castanha é um dos frutos mais rentáveis em Portugal. O quilo da Martainha, uma das variedades mais valorizadas, pode rondar os 2,50 euros pagos ao produtor. A judia, em Trás-os-Montes, tem um preço mais baixo, a rondar entre um e dois euros, dependendo do ano e da quantidade produzida. Tendo em conta os custos de produção relativamente baixos, estima-se que o agricultor obtenha um lucro de cerca de 75%.

Área de souto

Cerca de 35 mil hectares estão atualmente ocupados com souto em Portugal com uma perspetiva de produção anual de castanha em Portugal a rondar as 45 mil toneladas. 86% dessa área pertence à região de Trás-os-Montes e Alto Douro. O resto distribui-se pelo Minho, Beira Interior, Beira Litoral e Alentejo.

Denominação de Origem Protegida:

Trás-os-Montes - Cerca 30 mil toneladas de castanha

DOP Terra Fria: Bragança, Vinhais, Alfândega da Fé, Macedo de Cavaleiros, Mirandela e Vimioso.

DOP Padrela: Valpaços, Chaves, Vila Pouca de Aguiar e Murça.

DOP Soutos da Lapa - 5 mil toneladas

Penedono, Sernancelhe, Moimenta da Beira, Aguiar da Beira, Armamar, Lamego, Tarouca, Tabuaço, São João da Pesqueira e Trancoso.

DOP Marvão-Portalegre - Entre 500 a 1000 toneladas

Marvão, Castelo de Vide e Portalegre.

Crónica de uma viagem

Flora Teixeira

É sempre emotivo para mim cada vez que visito Moçambique. Além de ter lá família que amo também gosto muito de Moçambique, principalmente Maputo (antigo Lourenço Marques) onde vivi 23 anos e fui lá muito feliz. Mas sempre que lá vou passo parte das férias na África do Sul e então é quase obrigatória uma visita ao Kruger Park e desta vez não fugi à regra, só que não pude ficar muito tempo, porque as minhas férias foram pouco mais de um mês.

Então, aproveitamos um feriado nacional a 4 de outubro e fomos de véspera ficar num Hotel a poucos quilómetros da fronteira da África do Sul, em Malelane que fica em frente ao Kruger Park, só separado pelo rio dos crocodilos, que mesmo da esplanada do hotel podem se observar os crocodilos e hipopótamos também. Depois do jantar e de uma noite de descanso mascamos encontro com a minha irmã em Malelane. Matabichamos juntos e partimos bem cedo para o Kruger Park, porque convém apanhar a melhor hora para ver a caça.

É sempre uma incógnita e nunca se sabe o que é que vai acontecer, nunca há duas visitas iguais. Dizem que para ser um bom dia é preciso ver os (Big 5) os cinco grandes, ou seja, o Leão, o Leopardo, o Búfalo, Elefante e Rinoceronte. Mas se dos 5 se consegui ver três, já se considera um dia razoável, foi o que aconteceu: dos Big 5, Elefantes vimos às centenas, Búfalos idem e muitos rinocerontes e mais espécies, Girafas, Zebras, Impalas, Changos, Bois Cavalos, Javalis, etc, etc...

Eu já visitei o parque mais de uma dúzia de vezes e ver os cinco de uma só vez nunca aconteceu, ver quatro já algumas vezes, embora já tenha visto alguns leões e leopardos diversas vezes, mas não juntos no mesmo dia. Mas é emocionante ver os animais no seu próprio habitat e eles já estão habituados a ver tantas pessoas, parece que até fazem posse quando estão a ser observados.

Nós fomos rodando pelas estradas do parque (que

mede 19.485 km²) onde só é permitida a velocidade de 50 km no alcatrão e 30 km no cascalho, não paramos até à hora do almoço, paramos no piquenique spot, lugar completo com mesas, cadeiras, etc. Aí fizemos o nosso piquenique com um succulento farnel que a minha irmã preparou para todos nós, foi um autêntico banquete. Durante o repasto conversamos muito e fomos matando as saudades. A meio da tarde iniciamos o regresso no sentido inverso, por outras estradas até ao lugar onde havíamos partido. À medida que o dia ia declinando voltou a aparecer muita caça que, nós com deleite, apreciamos e fomos tirando fotos das quais envio algumas para ilustrar o texto.

Chegamos juntos até à fronteira e aí foi a parte mais difícil: as despedidas... A minha irmã e marido seguiram Nelspruit e nós seguimos para Moçambique. Chegamos a casa por volta das 22 horas felizes por um dia bem passado. Ofereço esta crónica aos nossos leitores, em especial aos que gostam e apreciam a Flora e Fauna Africana.







**ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA DE BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS
DE CARRAZEDA DE ANSIÃES**

PESSOA COLECTIVA DE UTILIDADE PÚBLICA - NIPC 501 283 250

CONVOCATÓRIA

ANÍBAL TITO FERNANDES DOS REIS, Presidente da Mesa da Assembleia Geral da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Carrazeda de Ansiães, nos termos da alínea c) do n.º 2, do artigo 61.º dos Estatutos, convoca a Assembleia Geral desta Associação para reunir, em Sessão Ordinária, na sua Sede, no dia 30 de novembro de 2017, pelas 20:30 horas, com a seguinte:

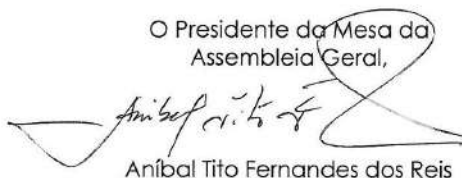
ORDEM DE TRABALHOS

Ponto Único – Eleição dos Órgãos Sociais da Associação para o triénio 2018/2020.

Não estando presente, à hora designada, a maioria absoluta dos sócios, a mesma funcionará, em segunda convocatória, na mesma data, trinta minutos depois, com qualquer número de sócios presentes.

Carrazeda de Ansiães, 2 de outubro de 2017

O Presidente da Mesa da
Assembleia Geral,



Aníbal Tito Fernandes dos Reis